

A formação do Estado nacional da Argentina: uma discussão sobre identidade e nacionalidade

Wanda Cristina Rocha Wenceslau*

Resumo

A constituição da identidade nacional, ou da nacionalidade, dos países é tema de profundos estudos, por parte de vários autores. Este artigo pretende apresentar as considerações de dois autores a esse respeito, contrapondo-as ao caso da formação do Estado Nacional argentino, buscando demonstrar que, se para Anderson a nação é uma comunidade imaginada, ou seja, existe na mente das pessoas, independente de habitarem um mesmo espaço físico, para Wasserman, foi justamente a falta de um elemento aglutinador que dificultou a formação dos Estados nacionais latino-americanos e a constituição desses países enquanto nações.

Palavras-chave: Identidade; Nacionalidade; Nação; Comunidade imaginada; Estado nacional.

As pessoas resistem ao processo de individualização e atomização, tendendo a agrupar-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo, geram um sentimento de pertença e, em última análise, em muitos casos, uma identidade cultural, comunal. (CASTELLS, 2001, p. 79).

Uma discussão sobre identidade e nacionalidade no âmbito da formação de um Estado Nacional deve ser precedida, antes de tudo, de uma compreensão clara dos conceitos de Estado e Nação. Há uma série de definições para o Estado, iniciando por Santo Agostinho, que busca a origem do Estado no pecado original, ao afirmar que os homens devem viver sob uma autoridade capaz de controlar a tendência humana natural de se maltratar mutuamente. Há, também, Carl Schmitt, teórico do nazismo alemão, que definiu o Estado como unidade que engloba todos os contrários. Para Durkeim,

* Mestre em Administração pela Faculdades Pedro Leopoldo (FPL). Professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).

“Opressores e oprimidos são englobados pela estrutura estatal”. Finalmente, Krader assinala que é função do Estado controlar a vida das pessoas sob sua guarda (POMER, 1994, p. 6).

No caso da América Latina, os Estados tiveram atuações diferenciadas, com maior ou menor ênfase em modelos de sociedades e economias que os colocassem dentro do sistema mundial. Estes Esses Estados mantiveram relações sociais originadas na colônia, destruíram alguns tipos de relações e, também, criaram outros, na busca da sua formação enquanto Estados Nacionais, como será tratado, mais à frente, no caso da Argentina. Todo Estado implica em divisão social de trabalho e relações de trabalho determinadas, sendo sua constituição decorrente da capacidade de as forças sociais em ação exercerem a sua influência.

O conceito de Nação diz respeito à idéia ideia de uma forma particular de agrupamento humano, mas é preciso atentar para o fato de que nem todo agrupamento humano é uma nação. Em uma nação, os homens devem “identificar-se acima de suas particularidades e sem prejuízo de que estas particularidades continuem existindo, como membros de uma identidade superior, a identidade nacional” (POMER, 1994, p. 12). A nação se caracteriza, então, por uma identidade comum que é aceita por um número maior de pessoas do que em qualquer outro agrupamento humano. Estas Essas pessoas se reconhecem como membros de uma mesma nação sem fronteiras entre as comunidades locais, regionais ou provinciais. De modo geral, os países da Europa constituíram-se identidades nacionais. Porém, o mesmo não ocorreu com a África, onde os grupos tribais não assumiram uma identidade superior à sua identidade tribal.

A identidade nacional pode ser entendida como a “fonte de significado e experiência de um povo”, significado este construído com “base em um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, os quais prevalecem sobre outras fontes de significado” (CASTELLS, 2001, p. 22). É importante que se estabeleça uma distinção entre identidade e os chamados “papéis”, os quais são definidos por normas estruturadas pelas instituições e sociedades, tais como ser trabalhador, mãe, jogador de futebol, etc.

A construção da identidade ocorre em um contexto marcado por relações de poder e se distingue entre três formas: “identidade legitimadora”, que é introduzida pelas instituições dominantes da sociedade e dá origem a uma sociedade civil; “identidade de resistência”, que é criada por atores desvalorizados ou estigmatizados pela lógica da dominação e leva à formação de comunas, ou comunidades; e “identidade de projeto”, quando os atores sociais, utilizando-se de material cultural,

constroem uma identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade, produzindo sujeitos com o desejo de serem indivíduos e criarem uma história pessoal (CASTELLS, 2001).

Anderson (2008) e Wasserman (2000) também escreveram sobre o tema identidade e nacionalidade, mas adotando abordagens diferentes. Tratando do tema de uma forma mais generalizada, sem contemplar lugares específicos, Anderson (2008, p. 10) defende que, “desde a Segunda Grande Guerra, cada uma das revoluções vitoriosas tem-se definido em termos *nacionais* – a República Popular da China, a República Socialista do Vietnã, e assim por diante”, observando que tiveram como base um espaço territorial e social herdado do passado pré-revolucionário, ao contrário da União Soviética, do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte que, ao não incluírem a nacionalidade em sua denominação, estão sinalizando que esta é herdada dos Estados dinásticos pré-nacionais do século XIX.

Por sua vez, Wasserman (2000) discute o tema identidade e nacionalidade, mas com uma abordagem mais voltada para a América Latina, ressaltando que a crescente expansão do modo de produção capitalista na Europa, “corolário da *dupla revolução* – Revolução Industrial e Revolução Francesa –, aliado ao crescente predomínio da burguesia no controle estatal dos países europeus promoveu uma brusca mudança em todo o ordenamento mundial.” (2000, p. 177).

Eric Hobsbawm está correto ao afirmar que os movimentos e Estados marxistas tenderam a tornarem-se nacionais na forma e, também, na substância – em suma, nacionalistas, tendo em vista o fato de que muitas das “velhas nações”, já consolidadas enquanto nações, encontravam-se ameaçadas pelo surgimento de “sub-nacionalismos” dentro de suas fronteiras, que buscavam deixar essa condição e serem reconhecidas como nações independentes.

O nacionalismo nunca esteve e nunca estará fora de moda, pois diz respeito a um valor universalmente legítimo na vida política de nossos tempos. Partindo da premissa de que o nacionalismo, de modo geral, é classificado pelas pessoas como uma ideologia, Anderson (2008) propõe uma definição para nação, dentro do que ele chama “espírito antropológico”, ou seja, a nação é uma comunidade política imaginada – limitada e soberana. Ela é “imaginada” porque os membros de uma nação, por menor que seja esta, não se conhecem todos, uns aos outros, nem se encontram todos pessoalmente, mas, na mente de cada um, sempre existirá a imagem de comunhão. A nação é imaginada como “limitada” porque tem fronteiras finitas, mesmo que elásticas, que a

separa e define em relação às outras nações. É imaginada como “soberana” porque o conceito nasceu numa época em que o Iluminismo e a Revolução se colocavam contrários à idéia ideia de um direito dinástico divinamente instituído. Finalmente, a nação é imaginada como “comunidade” porque é sempre concebida como um companheirismo profundo, ainda que nela existam a desigualdade de condições e a exploração do seu povo.

O cenário relativo à América Latina confere veracidade às definições de Anderson, pois foi justamente por não se formar uma comunidade que os países latino-americanos tiveram dificuldades para constituírem-se em nações. O continente europeu foi o pioneiro na constituição dos Estados nacionais, resultantes da decadência do feudalismo, do desenvolvimento do modo de produção capitalista e da ascensão da burguesia, que tinha interesses materiais comuns capazes de dar suporte a uma identidade nacional.

Por seu turno, na América Latina, forças centrífugas não permitiram a constituição do Estado nacional segundo o modelo europeu, devendo-se, principalmente, à ausência de um “elemento aglutinador”, ou seja, uma comunidade de interesses que atuasse com êxito no plano político. “Os Estados da América Latina se organizaram a partir de situações pré-nacionais, isto é, a partir da inexistência prévia de nações.” (POMER, 1994, p. 70).

Ao contrário, muito mais fortes eram as tendências localistas e regionalistas herdadas da própria influência cultural espanhola. Os contatos entre cada região e a metrópole se faziam com mais facilidade do que entre as afastadas regiões da colônia. “O insucesso das tentativas de unificação foi determinado pelo fato de inexistir uma idéia ideia nacional ou identidade de interesses anterior às guerras de Independência” (WASSERMAN, 2008, p. 179). Os processos de emancipação apenas confirmaram os limites territoriais do período colonial e as guerras acabaram com o sonho da nação hispano-americana.

Apesar de em uma concepção moderna, a identidade nacional prevê o advento das classes populares na vida política, no No caso da América espanhola, ocorreu justamente o contrário. A idéia ideia de nação não tinha qualquer significado para a grande maioria da população, nem tampouco para os proprietários de terras, que estavam limitados geograficamente às áreas que controlavam. O poder público tinha caráter local ou regional e esse poder não representava qualquer sentimento de nacionalidade. Por isso, não se pode afirmar que países como Venezuela, Argentina,

Bolívia e outros tenham se formado a partir de sentimentos nacionalistas preexistentes que determinassem uma identidade para a América Latina. O que na realidade ocorreu é que foram formadas dezessete repúblicas que, quando se tornaram independentes, tenderam a constituir-se Estados ainda sem nações.

Devido à ausência de um “elemento aglutinador”, ou “identidade nacional”, o processo de constituição dos novos Estados foi extremamente complicado, caracterizado pelos historiadores como fase da “anarquia”. De fato, em regiões onde era difícil formar ordenamentos estáveis, onde as formas produtivas tinham pouca coerência e onde predominava uma economia rural dispersa, relações de produção servis e mercado interno insuficiente para oferecer estabilidade à região, o elemento aglutinador da sociedade era o Estado político, porém formado pela permanência de instituições e tradições coloniais. Um Estado fraco, cuja ordem era mantida pelo exército, instituição que acabou por dominar o cenário latino-americano.

As dificuldades econômicas dos países latinos e uma situação política deplorável levaram à formação de relações de poder instáveis e violentas. A construção dos Estados nacionais latino-americanos ocorreu de forma diferenciada em cada região. Cada país teve um desenvolvimento particular, apresentando grupos de classes dirigentes e subordinadas de naturezas distintas, com relações peculiares de cada país.

No México, em 1856, os presidentes liberais Guadalupe Victoria e seu sucessor Vicente Guerrero obtiveram a consolidação do Estado nacional defendendo a descentralização política e o federalismo, tendo como exemplo o modelo de organização norte-americano.

Sob a presidência de Mitre, em 1862, o conflito entre unitarismo e federalismo na Argentina terminou com a vitória deste último, sendo preservada a autonomia das oligarquias agropecuárias regionais, tanto do ponto de vista econômico quanto político.

O Chile foi considerado um país de precoce estabilidade político-institucional, devido a uma extrema centralização do poder e a um desenvolvimento econômico significativo, o que lhe permitiu manter a marca de originalidade frente aos outros países da América Latina.

Tidos como países instáveis e de fraca integração, o Peru e a Bolívia não conseguiram modificar a ordem política, econômica e social do período colonial, nem as relações pré-capitalistas de produção, o que levou estes países a uma maior dificuldade na consolidação do Estado nacional.

As oligarquias primário-exportadoras, vitoriosas nos conflitos unitarismo-federalismo, encontraram uma condição de mercado que satisfazia seus interesses dominantes, consolidados em uma economia de exportação que garantia uma solidariedade econômico-social, ou seja, favorecia a constituição de ordenamentos políticos estáveis e unificados na América Latina.

Essas oligarquias foram responsáveis pela implantação do modo de produção capitalista nos países latino-americanos, recorrendo a empréstimos do capital monopolista para obras de infra-estrutura, aparelhamento da estrutura estatal e desenvolvimento das importações e exportações de produtos. Com isso, constituiu-se a propriedade capitalista dos meios de produção e a criação de um mercado de trabalho livre. É a partir daí que o Estado nacional se consolida nos países latino-americanos, sem, contudo, haver a destruição completa das relações sociais existentes anteriormente.

O final do século XIX encontra uma América Latina envolvida com a última batalha pela Independência colonial, em Cuba, que, ao mesmo tempo, representou uma abertura para a entrada do imperialismo norte-americano.

Sarmiento e a formação do Estado nacional da Argentina

A Argentina foi palco de lutas intestinas no processo de constituição do Estado nacional (WASSERMAN, 2000). Em seu livro “**Sarmiento**”, Pomer (1983) descreve este processo com muita propriedade. Trata das idéias políticas de Sarmiento, este que foi o autor da radical dicotomia “civilização / barbárie”, a partir de escritos de sua autoria, apresentados como práxis da construção de um Estado nacional nas condições de uma Argentina comandada, em seu desenvolvimento, pelos impulsos emitidos a partir da metrópole ultramarina.

Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888) nasceu na Argentina, em um lar humilde de uma aldeia provinciana. Extravagante, desmedido, impaciente, contraditório, gênio, dono de uma veemência inaudita, desembaraçado e insolente, emigrou para o Chile algumas vezes, morou no Rio de Janeiro por dois meses e viajou pela Europa, pela África e pelos Estados Unidos. Sarmiento publicou várias obras, entre elas, **Facundo** (1845). Participou da política argentina como senador provincial, governador, embaixador nos EUA e, em 1868, elegeu-se presidente da Argentina. Também desempenhou funções de Ministro do Interior e das Relações Exteriores.

O antigo Vice-Reinado do Rio da Prata, região de extensões imensas de terras desocupadas, sobre as quais se espalhavam escassos habitantes, constituía-se de uma diversidade de estruturas produtivas (– couro de gado na área dos portos, agricultura e artesanato no interior). Ali também era possível perceber relações sociais de produção bem heterogêneas – mão de obra indígena usada na mineração, em regime de escravidão; nativos nas atividades agrícolas das grandes propriedades, pagando tributos com seu trabalho; e trabalhadores livres na criação do gado, recebendo salários em espécie ou dinheiro. Além disso, encontrava-se, ali, uma rigorosa estratificação social: de um lado, uma aristocracia oriunda da hierarquia do dinheiro; de outro, os mercadores, sem possibilidade de ascensão que não fosse pela riqueza.

Neste Nesse cenário, a luta contra a hostilidade do meio e a própria natureza das atividades produtivas fizeram com que os homens se tornassem hábeis no manejo das armas e vissem a violência com uma certa naturalidade. É a isso que Sarmiento chama “barbárie”, e que contrapõe seu conceito de “civilização” (usos e costumes europeus e norte-americanos; bons modos; livros importados; habilidades estrangeiras). Para ele, a cidade era o refúgio da civilização, o seu centro irradiador.

Sarmiento pertenceu a uma geração conhecida como “a de 1837”, composta de uma elite intelectual que se inspirava no Iluminismo francês (a razão devia reger as sociedades humanas) e se via como portadora da razão e que, portanto, devia conduzir as massas incultas. Contemporâneo de Echeverría e Alberdi, Sarmiento entendia que governar é era povoar e educar, tendo como paradigma o modelo dos EUA: um governo igualitário para todos, onde em que se encontra igualdade de oportunidades e em que o mérito de cada indivíduo deve ser incentivado e premiado.

Entretanto, na Argentina faltavam as associações de povo que o representassem frente ao Estado. Assim, coexistiam a massa obscura e o Estado. A massa obscura era ignorante, incapaz de sustentar a defesa de uma causa. Melhor, então, era ingressar e atuar nas esferas de poder do Estado. Foi o que fizeram os intelectuais iluminados, com o objetivo de construir uma nação moderna, ou seja, povoar de imigrantes qualificados; construir escolas e alfabetizar o povo; abrir estradas de ferro; levar fios de telégrafos a todo o território; investir na produção de matéria-prima e alimentos; abrir as portas ao capital e às manufaturas estrangeiras; incorporar às práticas agropecuárias do país as tecnologias mais avançadas.

E o que fazer com a Argentina velha, atrasada, herdada da colônia? Educar, educar, educar. A Argentina se organizou como Estado nacional traçando sobre as

estruturas coloniais o mapa da modernidade: as ferrovias, os bancos, os telégrafos. Tudo se voltou para fora, para as exportações, mas os benefícios ficaram exclusivamente em proveito dos donos do poder, aqueles mesmos a quem Sarmiento condenou os luxos.

O destino da Argentina foi traçado pelas grandes potências capitalistas, a partir do início da segunda metade do século XIX: produzir alimentos via o latifúndio que utilizava a mão de obra imigrante. Por sua vez, a destruição da pequena produção camponesa de subsistência, agropecuária ou artesanal gerou massas de desocupados, que a lei declarou vadios e mandou para a prisão.

O processo de constituição do Estado nacional argentino de que Sarmiento participou foi marcado por guerras civis dolorosas, consequência da reação das gentes pobres famintas, que tinham à frente os caudilhos, contra um capitalismo que ameaçava desestabilizar as economias e as dominações aldeãs regionais.

Sarmiento combateu nestas guerras, bradando contra a grande propriedade territorial, em favor dos despojados da terra. Desejou transportar para a Argentina o que aprendeu nos Estados Unidos. Não teve sucesso porque o povo, faminto e, desunido, era incapaz de fazer valer suas exigências. Sarmiento defendia o livre comércio e a existência de um Estado liberal que devia limitar-se a administrar a justiça, policiar a sociedade e franquear os caminhos às mercadorias, deixando à iniciativa privada as funções de fabricação e venda dos produtos. Tudo e todos que discordavam destas dessas idéias ideias eram, para ele, ranços de barbárie.

Sarmiento atacou violentamente o Paraguai por tudo o que tinha de singular: nada dele se ajustava aos moldes que prescreviam o liberalismo econômico e a democracia política. Considerava o país guarani o mais vivo representante da barbárie e, por causa disso, na década de 1860, uniu-se a uma campanha política e ideológica de preparação da Guerra do Paraguai. A Argentina buscou o apoio dos exércitos do Brasil e Uruguai e esta aliança foi defendida por Sarmiento, então embaixador nos Estados Unidos, onde desenvolveu intensa campanha para justificar a validade da causa argentina. Não conseguiu grandes êxitos, porque, em Washington, sabiam que o resultado da guerra iria fortalecer a influência inglesa na área. A guerra terminou em catástrofe, mas foi definitivamente esquecida. O Paraguai foi incorporado ao sistema mundial do livre comércio e à livre intromissão do capital estrangeiro, e a Inglaterra fez empréstimos ao governo títere colocado pelos vencedores.

As guerras se prolongaram durante anos. Na Argentina, o ex-presidente Mitre assumiu o poder, apoiado por Sarmiento, apesar de ser seu antigo opositor. O mitrismo,

a mais cruel manifestação do autoritarismo da oligarquia argentina, venceu mais uma vez. Desenrolava-se um drama iniciado com a batalha de Caseros, em 1852: a constituição de um Estado nacional dominado por criadores de gado, mercadores e financistas fraudulentos.

Sarmiento finalmente entendeu melhor os rumos que o país tomava: uma república oligárquica, o capital estrangeiro transformando o país em uma mercadoria, uma massa de imigrantes constituindo um exército de párias. Essa não era a Argentina sonhada por ele. Entretanto, Sarmiento tinha perfeita consciência de que havia contribuído para que essa república se configurasse como oligárquica. Esta foi a grande tristeza de um homem que lutou toda uma vida pela liberdade de comércio, pelo ingresso do capital europeu, pela civilização que o comércio e o capital deveriam trazer consigo.

Tentando construir uma nação à semelhança do modelo norte-americano, não vacilou em usar a pedagogia da violência. Na velhice, declarava-se mais para Sancho Pança do que para D. Quixote. Ironicamente, morreu no Paraguai, na terra que havia ajudado a arrasar.

As idéias políticas de Sarmiento foram apresentadas em textos de sua autoria, que León Pomer reproduz, em partes, em seu livro. Estes textos se iniciam com a descrição da Argentina na primeira metade do século XIX, uma extensão territorial imensa, solitária, despovoada, cercada por desertos, onde se encontravam selvagens e animais perigosos. Sarmiento destaca que é justamente por causa disso que o argentino se caracterizou pela resignação para a morte violenta, por uma vontade férrea necessária para enfrentar as longas viagens solitárias, pelo predomínio da força brutal, por uma autoridade sem limites em que predominava a lei do mais forte. Era uma região que abrigava uma sociedade desagregada, em que restava apenas a família feudal, isolada. Os tipos humanos eram variados: o rastreador, personagem grave e circunspecto, que sabia seguir pistas e marcas de animais e de ladrões e era por isso respeitado; o vaqueador, um gaúcho grave e reservado, que conhecia detalhadamente as planícies, bosques e montanhas, um topógrafo completo, um verdadeiro mapa ambulante; o gaúcho mau, morador dos pampas, perseguido pela justiça, mas temido pelos policiais; e o cantor, que não tinha residência fixa e andava pelos povoados cantando os heróis, os amores, os prantos das viúvas, encarregando-se de guardar e disseminar a cultura.

Havia, sim, cidades, na Argentina, com traçados regulares semelhantes às cidades americanas, centros da civilização argentina, onde estavam as oficinas de artes, as lojas de comércio, as escolas e hospitais, os juizados. Os homens e mulheres das cidades vestiam trajes europeus. Saindo da cidade, tudo mudava: o homem do campo tinha hábitos diferentes, se vestia rusticamente e desdenhava os luxos da cidade. Tudo que era civilizado na cidade era bloqueado no campo.

Para Sarmiento, uma Constituição pública não era uma regra de conduta para todos os homens. Às massas populares deviam ser aplicadas as leis ordinárias, pelos juízes e pela polícia de segurança. As classes educadas é que necessitavam de uma Constituição que lhes assegurasse liberdade de ação e de pensamento.

Sarmiento também escreveu sobre o um projeto renovador, que conduzisse à depuração da linguagem, eliminasse os abusos, difundisse as boas idéiasideias. Defendia o uso do idioma espanhol, pois considerava o idioma a expressão das idéias ideias de um povo. No entanto, afirmava não existir, na Argentina, um sentimento de nacionalidade: devido às distâncias muito longas entre as populações, desenvolveu-se um desapego pelas causas comuns. Da guerra da Independência, por exemplo, participaram povos puramente espanhóis: Buenos Aires, Cuyo e Tucumán. Os demais povos abstiveram-se de qualquer participação.

Segundo Sarmiento, o mesmo fenômeno se apresentava nas classes da população. Os filhos dos espanhóis, a parcela educada das cidades, as classes cultas propenderam sempre para a nacionalidade. A parte grosseira, ou a massa, tendia à dissolução. Dizia ele que Buenos Aires era (e ainda o é, nos dias de hoje) a nacionalidade argentina, o sentimento que definia os argentinos como povo e os levava a ocupar uma categoria no mundo como nação.

Neste Nesse cenário, as funções do Estado deveriam reduzir-se a duas: promover o contato de todos os pontos do território entre si e com os grandes centros comerciais, e preparar a vida pública às gerações nascentes por meio da generalização do ensino, pois, segundo Sarmiento, o poder, a riqueza e a força de uma nação dependem da capacidade industrial, moral e intelectual dos indivíduos que a compõem.

Em outros escritos, Sarmiento fala dos perigos de se manter certo número de homens armados para a defesa do país contra os inimigos, pois essa força militar poderia fazer uso das armas para subjugar a sociedade desarmada ou se voltar contra o próprio país. Resultou daí a necessidade da criação de leis militares para salvaguardar a segurança.

Sarmiento tratou, em um de seus textos, das questões americanas, fazendo uma análise da escravidão no Brasil, da exploração do café como produto principal da economia brasileira e, também, das guerras das Malvinas e do Paraguai.

Há, ainda, um texto em que Sarmiento apresentou as idéias ideias e instituições sobre as quais dedicou várias horas de meditação, principalmente a Revolução Francesa, uma vez que foi educado na escola francesa. Concluiu que as ações e a doutrina francesa falharam e que o melhor seria se voltar para um modelo que nunca seria suplantado por nenhum outro modelo: os Estados Unidos. Como teoria, como ação prática, como poder e influência, a nação norte-americana era o ideal de Sarmiento.

Em outro texto, Sarmiento mostra que a herança colonial ainda se conservava em algumas culturas do território argentino, como é o caso dos Huarpes, grande e numerosa nação que habitava algumas cidades e planícies, viviam da pesca, da caça e do cultivo do milho, mas que não caminharam, ficaram para trás e, em três décadas, foram apagados do catálogo das nações. Havia, também, a família dos Sayavedra, bandidos de profissão. Os Albarracín, de origem sarracena, ocuparam um lugar de destaque durante a colônia e desta dessa família saíram homens letrados, honrados nos claustros e nos congressos.

Os Oro foram notáveis pela ambição e pela sede de gloria, tanto dos homens quanto das mulheres da família. Muitos deles terminaram seus dias enclausurados como loucos. Dentre os membros desta dessa família, entretanto, havia um que contrastava com os demais – Frei Justo – por seu espírito reflexivo e brandura de caráter. Ele tem sua assinatura colocada na Ata da Declaração de Independência das Províncias Unidas.

No último texto que consta do livro de León Pomer, Sarmiento expôs suas idéias ideias sobre educar o povo. Defendeu o “diarismo” (jornalismo diário) como o melhor meio de divulgar as grandes idéiasideias, de comunicar os segredos dos gabinetes, de manifestar opiniões, de exercer influência na marcha do movimento social, enfim, de levar ao povo ignorante a cultura e os conhecimentos para instruí-los e diverti-los. Sarmiento dDefendeu, inclusive, a literatura negra que, se antes afeita à idéia ideia do sinistro, do mal, do vedado, da magia negra, agora se fazia poderosa como gênero de literatura que tem seus gênios e patriarcas.

Finalmente, Sarmiento salientou a importância das biografias dos grandes homens que desempenharam papéis de destaque em algum momento da história de um país. Afirmava Ele afirmava que as biografias eram um instrumento de cultura mais ao alcance do povo e de uma instrução mais direta e mais clara.

Neste Neste livro, Pomer soube, com maestria, mostrar a interpretação que Sarmiento estabeleceu sobre a oposição entre a barbárie, representada pelo campo, e a civilização, que tem lugar nas cidades, protótipos da cultura, do progresso e da riqueza. Coloca, também, de forma clara, o pensamento político de Sarmiento, sobre o que deveria ser o governo argentino: a restauração do sistema passado, destruído pela barbárie federalista, em que os letrados e exilados políticos assumiriam um papel central e governariam o país organizando a educação, povoando o território com os imigrantes e estabelecendo um Estado de direito que promoveria o desenvolvimento econômico de que a Argentina tanto necessitava.

A identidade Argentina

A Argentina esperou por mais de cinquenta anos para se consolidar como Estado-Nação. Durante este esse período, o país foi marcado por guerras civis, motivadas pelos choques de interesses entre chefes políticos locais e pela disputa entre dois projetos de Estado antagônicos, um liberal-centralista e outro conservador-federalista.

O Estado liberal-centralista, vitorioso, buscou diminuir o poder de ação das forças políticas locais através da criação de um Poder Executivo forte e eleições indiretas, possibilitando a estruturação do Estado-Nação.

Relatam Lima e Nogueira (2006) que, então, as forças políticas adotaram medidas de modernização do país, sendo as principais o desenvolvimento do mundo urbano e a construção de uma malha ferroviária para integrar as diversas regiões que até então encontravam-se encontravam desintegradas sócio-economicamente. Também ressaltam a importância da adoção de políticas de imigração, devido à carência de mão-de-obra nativa, para o desenvolvimento da economia.

A imigração trouxe mudanças sociais de usos e costumes que, segundo alguns autores, poderiam ter impedido a formação de uma identidade argentina. Porém, estas essas mudanças não foram tão acentuadas, uma vez que grande parte destes desses imigrantes era de origem italiana e espanhola, com padrões lingüísticos e religiosos nacionais muito semelhantes aos padrões argentinos.

Um fator determinante para a formação da identidade argentina foi a influência cultural européia, sobretudo francesa, sobre as elites locais. A civilização, sinônimo de desenvolvimento ao estilo europeu, baseava-se em uma raça branca em detrimento do

indígena, do negro, do *criollo* e do popular. Criara-se a Argentina, não o argentino; não se conseguiu agregar todos os setores e regiões do país na constituição de uma comunidade identitária.

O I Centenário da Independência nacional Nacional encontrou uma Argentina em crise de identidade. Motivado pela crise, o povo argentino buscou retomar os valores perdidos ao longo da sua história: a religião e a língua hispânica como os novos pilares da identidade portenha.

Considerações finais

O processo de formação dos países latino-americanos foi marcado pela instabilidade política. A substituição das antigas colônias espanholas por nações independentes apresentou dois problemas básicos: constituir Estados soberanos e organizá-los em meio às mais variadas tendências políticas. Além disso, o antigo império espanhol, fragmentado em repúblicas independentes, continuou a conhecer uma realidade socioeconômica e cultural dividida.

Na maior parte da América Latina, onde predominava uma estrutura latifundiária e as mais variadas formas de semi-servidão, a independência pouco ou nada veio alterar. Já com relação à forma de organização dos Estados Nacionais, o republicanismo foi o princípio político geral que norteou a formação dos Estados Nacionais Latino Americano.

Esta Essa formação correspondeu a dois processos indissociáveis: a internacionalização do modo de produção capitalista que conduziu à institucionalização do poder burguês no mundo todo, buscando a expansão de uma economia internacional caracterizada pelos princípios do livre-comércio, do esquema de divisão internacional do trabalho em função das vantagens comparativas de cada país e, por outro lado, os processos de emancipação das colônias ibéricas. O primeiro processo tem um caráter econômico-social e o segundo é eminentemente político-militar.

No final do século XIX, a América Latina começou a adquirir sua identidade como tal, dentro desse complexo processo de confrontação entre as potências; a partir de cada centro de poder, entendeu-se e explicou-se esta essa parte do mundo segundo os interesses que perseguiram uns e outros e, conseqüentemente, puseram-se em prática várias estratégias para afirmar presenças, ingerências e diversos tipos de pressão.

As políticas intervencionistas deram lugar a movimentos de repúdio, que foram acompanhados por esforços de auto-definição, auto-identificação e de tentativas de desenvolvimentos mais ou menos autônomas. Com efeito, ao longo daquele século, havia duas posições principais e opostas quanto ao relacionamento e harmonização das nações latino-americanas entre si, oscilando entre a busca de modernização e o reforço da identidade, que não se resolveram mediante diálogo, mas através da supremacia do exercício do poder.

O projeto modernizador caracterizava-se pelo desejo de seguir o exemplo dos países mais desenvolvidos, acentuando o desenvolvimento tecnológico e mecânico em contraposição aos aspectos de âmbito cultural, artístico e humanista, pela convicção de que são os países mais desenvolvidos ou seus habitantes os que melhor podem promover a modernização dos países, pela necessidade de atualizar-se, pelo anúncio de abertura ao mundo, pelo desprezo do popular, do indígena, do latino, do hispânico, do latino-americano e pela busca da eficiência, da produtividade, com desprezo à justiça e à igualdade.

The formation of the national state of Argentina: a discussion on identity and nationality

Abstract

The Constitution of the national identity or nationality is the subject of deep studies by various authors. This article aims to present considerations of two of these authors, concerned to the case of formation of the Argentine National State, seeking to demonstrate that, if for Anderson the nation is an imagined community, i.e. exists in the minds of people, independent of inhabiting the same physical space, to Wasserman was precisely the lack of a grouping element that has hindered the formation of national States in Latin America and the Constitution of these countries as Nations.

Key words: Identity; Nationality; Nation; Imagined community; National State.

Referências

ANDERSON, Benedict R. Introdução. In: ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad.: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 26-34.

CASTELLS, Manuel. Introdução: nosso mundo, nossa vida. In: CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. v.2. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2001. p. 17-20.

CASTELLS, Manuel. Paraísos comunais: identidade e significado na sociedade em rede. In: CASTELLS, Manuel. CASTELLIS. **O poder da identidade**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. v. 2. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2001. p. 21-28.

LIMA, Camila Imaculada S.; NOGUEIRA, Gabriel Parente. A formação do Estado nacional argentino e a construção da identidade nacional. **Revista Ameríndia**, Fortaleza, Ano 1, v.1, 2006.

POMER, León. **O surgimento das nações**. 7. ed. São Paulo: Atual, 1994.

POMER, León (Org.). **Sarmiento**: política. São Paulo: Ática, 1983.

WASSERMAN, Cláudia. A formação do Estado Nacional na América Latina: as emancipações políticas e o intrincado ordenamento dos novos países. In: WASSERMAN, Cláudia. **História da América Latina**: cinco séculos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000. p. 177-214.